



**GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Ata da VI Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Brasília/DF.
10 de Outubro de 2012.

Empresa ProixL Estenotipia

1 Aos 10 dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, no Auditório do
2 Anexo I do Palácio do Planalto – Térreo – Brasília/DF, realizou-se a VI Reunião
3 do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA,
4 Gestão 2012-2013, órgão de assessoramento do Presidente da República,
5 instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, §
6 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado
7 pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença
8 encontra-se anexa. A Senhora Maria Emília Pacheco agradeceu as presenças
9 do Doutor Carlos Augusto Monteiro, coordenador do Núcleo de Pesquisa e
10 Epidemiológica e Nutrição e Saúde, da Universidade de São Paulo, a
11 secretária Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e
12 Nutricional, do MDS, do secretário de Atenção à Saúde, do Ministério da
13 Saúde, Doutor Elvécio Miranda e do Ministro da Educação, Aluísio Mercadante
14 na primeira mesa a participação da conselheira Cristiane Gasparini Costa, a
15 apresentação das contribuições do CONSEA ao debate, que foram
16 apresentadas pela conselheira Elisabetta Recine e Vera Masagão, integrante
17 da Diretoria Executiva Colegiada da Associação Brasileiras de ONGs, da Bong.
18 A Pauta seguida foi: **1. Debate sobre os determinantes do consumo e**
19 **desafios na prevenção e controle da obesidade no Brasil. 2. Lançamento**
20 **da publicação “A construção social do sistema público de Segurança**
21 **Alimentar e Nutricional” da Oxford e a ABRANDH, apresentada pela**
22 **conselheira Marília Leão, da ABRANDH e Muriel Saragoussi, da Oxford. 3.**
23 **Debate da proposta do marco regulatório das organizações da sociedade**
24 **civil tendo como convidado Chefe da Assessoria Especial do Ministro da**
25 **Secretaria Geral de Presidência da República da República, Diogo**
26 **Santana. 4. Encaminhamentos das Comissões. 5. Apresentação do vídeo**
27 **do povo Xavante 6. Encerramento.** Antes de compor a mesa, fez alguns
28 informes: Informou que, acompanhada pelo Conselheiro Edécio e também por
29 Marcelo da secretaria do CONSEA, em uma audiência com o Ministro Mendes
30 Ribeiro, da Agricultura falaram sobre a Mesa de Controvérsia dos Agrotóxicos e
31 que era esperada a participação do Ministério da Agricultura. Falaram sobre a
32 última Plenária do ano sobre política de abastecimento Convidaram-no e ele
33 aceitou participar. Continuou dizendo que já esta em processo de elaboração a
34 sistematização dos resultados de Mesa de Controvérsia sobre o impacto dos
35 agrotóxicos e que infelizmente não tiveram possibilidades de garantir a
36 presença de todos os representantes da Presidência do CONSEA, mas
37 observaram por uma avaliação que seria socializada, que houve um
38 acolhimento bastante positivo ao que representou a Mesa. Já estavam
39 disponíveis as apresentações feitas pelos palestrantes no site do CONSEA e
40 tinham uma Minuta reunida pelo trabalho da Milane, do Marcelo, das
41 proposições. Comunicou a chegada da Ministra Tereza Campello, agradeceu a
42 sua presença, e o convite para que o CONSEA participasse do lançamento do
43 Programa Brasil Carinhoso e passou-lhe a palavra. A Ministra Tereza Campello
44 esclareceu que o debate era muito importante. Continuou esclarecendo que o
45 Brasil atualmente está maduro para fazer um debate sobre o plano, o mundo
46 tinha acúmulo sobre o debate de Segurança Alimentar e Nutricional para fazer
47 um diagnóstico, estabelecer quais são os problemas e organizar um plano, que
48 havia um conjunto de questões que vieram acontecendo ao longo dos últimos
49 10 anos e dos debates que foram feitos com a sociedade, em especial dentro
50 do CONSEA envolvendo questão de acesso à alimentação, envolvendo a

51 própria questão da transversalidade de que a agenda da segurança alimentar
52 não pode ser uma agenda de outro Ministério, envolvendo questão de acesso,
53 a questão da alimentação saudável, não tratando somente como a questão da
54 fome, como um único marco e uma única luta a ser construída na sociedade,
55 que conseguiram avançar ao longo de 10 anos em um debate com a
56 sociedade, com o País, onde a questão da Segurança Alimentar realmente veio
57 para o centro da agenda da saúde, da educação, da educação alimentar, da
58 merenda escolar, da saúde, do MDS e de um conjunto de Ministérios e de
59 autores da sociedade que permitiram que pudessem ter um plano construído
60 como fruto do acúmulo das políticas públicas. Revelou que o debate da
61 obesidade ganhou as páginas centrais da imprensa e isso é positivo. Disse que
62 o Governo reconheceu que certamente não teriam chegado se não tivessem
63 travado o debate permanente dentro do CONSEA, que foi a melhor forma de
64 construir um caminho correto. Antes de encerrar, falou sobre o Brasil
65 Carinhoso, que fizeram questão de que o CONSEA fosse um dos convidados.
66 Em seguida, a senhora Maria Emília Lisboa Pacheco convidou a conselheira
67 Christiane Gasparini Costa, a conselheira Elisabetta Recine, a secretária Maya
68 e o Doutor Carlos Augusto, que falou sobre o perfil e tendências do consumo
69 alimentar e do estado nutricional da população brasileira e sua relação com as
70 políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. **Debate sobre os**
71 **determinantes do consumo e desafios na prevenção e controle da**
72 **obesidade no Brasil.** O Doutor Carlos Augusto iniciou falando que aquela era
73 uma oportunidade histórica para ele estar no CONSEA, uma invenção
74 brasileira tão interessante e tão apreciada não só no Brasil, mas por todos os
75 países que perseguiram o desenvolvimento social. Após explicar como seria a
76 dinâmica de sua fala, o Doutor Carlos Augusto começou sua explanação
77 explicando por meio de slides que o Brasil nos anos 70 era a velha negra dos
78 países, que tinha mais desnutrição do que a renda deveria condicionar e
79 atualmente estava em uma situação exatamente oposta. Outro aspecto muito
80 importante explica porque a redução mais recente da desnutrição infantil era a
81 diminuição das disparidades socioeconômicas. Continuou dizendo que, até a
82 década de 90, a desnutrição infantil vinha caindo, mas não as disparidades. Na
83 realidade, as disparidades até tendiam a aumentar e apenas no período mais
84 recente é que redução, não só da prevalência da desnutrição, mas as
85 disparidades entre pobres e ricos. Em 80 e 90 houve uma redução importante
86 no Nordeste e na região Sudeste. Revelou que foi feito um trabalho muito
87 criterioso e meticuloso tentando identificar quais foram as causas dessa
88 melhoria tão impressionante. E conseguiram ver que o aumento no poder
89 aquisitivo, sobretudo, dos mais pobres, a retirada de pessoas dos níveis de
90 pobreza onde a desnutrição, diferentemente da obesidade, é a característica
91 das pessoas pobres. Revelou que 22% dessa redução se deve à melhoria do
92 poder aquisitivo dessas famílias, a escolaridade materna, o que significava
93 ensino fundamental, a universalização do ensino fundamental, a assistência à
94 saúde, sobretudo, a extensão da rede básica de saúde, cuidados pré-natais,
95 enfim, melhorias no saneamento que tirou muitas crianças da desnutrição
96 infantil porque foi o setor que se expandiu menos no período. Explicou que
97 estavam conseguindo gradativamente reduzir à desnutrição, atacando às
98 causas básicas do problema que era pobreza, o poder aquisitivo, a falta de
99 consumo, a capacidade de consumo e o não acesso a serviços básicos
100 essenciais. Na medida em que se corrigiu isso se corrigiu a desnutrição. Em

relação à obesidade explicou que faziam a mesma coisa, ou não teriam sucesso, que na realidade a obesidade não era determinada pela falta de saneamento e nem pela falta da renda de maneira tão simples como em relação à desnutrição, eram outros fatores, e ele propunha examinar: O primeiro era epidemia de obesidade. Falou que o número de casos de obesidade no Brasil aumentava a cada ano e com eles aumentavam também os casos de diabetes, infarto do miocárdio e vários tipos de câncer que estavam associados à obesidade. Revelou que estava monitorando esse crescimento, porque poderiam estabelecer uma previsão, se nada fosse feito, se a tendência continuasse, se não tivessem políticas para prevenir o desastre, em 12 anos chegariam a 27% de mulheres obesas que era com o que os Estados Unidos registrava atualmente. Era uma situação extremamente grave. Continuou explicando que a obesidade estava relacionada ao consumo de alimentos, e que a visão que ele denominava simplória de que obesidade era basicamente o resultado de um consumo superior às necessidades, propunha estabelecer a partir de cálculos qual a necessidade que uma pessoa teria para manter seu peso ou para perder peso, assim se faria uma relação de quantas calorias uma pessoa deveria consumir para manter o seu peso, ou para perder peso se estabeleceria o quanto se poderia consumir de cada alimento e resolveria os problemas. Criticou a dieta dos pontos que fazia as pessoas imaginarem que todos os alimentos saciam as pessoas de maneira igual, que a pessoa decidiria o quanto iria conseguir consumir. O mais grave, era que a campanha era apoiada por três Ministérios do Governo Federal e pelo Governo Federal como um todo na medida em que eles utilizavam os slogans, e que também existia uma nova publicação para crianças e adolescentes. Explicou que isso era uma campanha comercial, explicou tecnicamente porque estavam todos equivocados em apoiar tal ideia. Prosseguiu dizendo que este fenômeno estava acontecendo em todos os países, porque o sistema alimentar de todos os países está se modificando ao mesmo tempo e o traço mais importante era a mudança de um padrão de alimentação baseado em alimentos para um padrão baseado em produtos alimentícios derivados de alimentos, substâncias extraídas do alimento, processadas, reprocessadas, o consumo desses produtos, as pessoas conseguiam ainda manejar o balanço energético, quando eles passavam de certa proporção, o sistema automático perdia a capacidade de regular quando era hora de comer, o que comer e o quanto comer. O nosso sistema não funcionava e a única forma de se prevenir a obesidade para os países tipo Estados Unidos e México era voltar ao sistema alimentar. No caso do Brasil havia uma chance de ouro porque, na realidade, ainda era um país que tinha um sistema alimentar, um padrão de alimentação. Explicou a construção da hipótese de que não só a obesidade, mas outras doenças modernas eram epidemias modernas, eram associadas ao que se chamava mercadorias não saudáveis como o cigarro, o álcool e os alimentos ultra processados foi motivo de uma série de uma revista médica das mais importantes do mundo há uns dois meses. Havia vários artigos e um dos artigos descrevia como os produtos relacionados eram altamente lucrativos, que o comércio, a produção do comércio desses produtos era controlada no mundo inteiro por 20 ou 30 grandes companhias prosseguiu esclarecendo que as estratégias dessas companhias de penetração nos países de renda baixa e média estava descrita no artigo, e deveria ir para as bancas com o artigo traduzido para o português. O mais importante talvez disso tudo era controlar a

151 estratégia de marketing dos produtos, pois basicamente o marketing desses
152 produtos promovia o comer excessivo e a obesidade. Em vários países do
153 mundo e por último o Chile, regulou a publicidade, não poderia no Chile
154 distribuir mais prêmios juntos com alimentos para crianças, a publicidade era
155 totalmente controlada por lei, por projeto no Senado Federal. A Inglaterra já
156 tinha, o Canadá já tinha. O Brasil chegou muito perto de ter esse controle e
157 esperavam que muito rapidamente saudassem a dívida que tinham com a
158 sociedade. Demonstrou ainda os alimentos que vinham perdendo importância
159 nas mesas brasileiras nos últimos 13 anos como arroz, feijão, carne, leites e
160 todos os ingredientes culinários que eram processados, feitos pela indústria,
161 mas são utilizados para preparar aqueles alimentos. O que tinham de aumento
162 de importância eram os pães, biscoitos, refrigerantes, doces e embutidos.
163 Explicou que não eram os nutrientes que estavam se modificando, era a forma
164 de comer, os padrões de alimentação, que a refeição completa, compartilhada
165 e importante para a cultura alimentar estavam sendo substituídas por lanche,
166 por formas de alimentação que levavam à obesidade de uma maneira muito
167 clara. Revelou que no Brasil o consumo dos produtos ultraprocessados, globais
168 era de 27%, nos outros países havia valores muito maiores, no México, no
169 Canadá, nos Estados Unidos passava de 70%, que o Brasil estava favorável
170 ainda e podiam fazer muita coisa. Mostrou três linhas de trabalho que achava
171 importantes e via contempladas no Programa de Prevenção da Obesidade tão
172 bem feito: A primeira questão era a informação para as pessoas, o discurso da
173 educação alimentar. A segunda, a questão da regulação, da exposição, e
174 finalmente as Políticas intersetoriais, todas elas contempladas no plano de
175 prevenção da obesidade, que iriam desde políticas fiscais, políticas agrícolas,
176 compras de alimentos. Revelou que tinham uma grande experiência com o
177 programa chamado Alimentação Escolar, tinham que seguir a experiência,
178 extrapolar isso para outras áreas. Depois, a senhora Maya Takagi iniciou sua
179 fala dizendo que iria mostrar o estágio atual que estava a implantação do plano
180 que o Governo, o conjunto de órgãos da CAISAN, os 19 Ministérios
181 conseguiram formular enquanto estratégias necessárias e possíveis, iniciativas
182 viáveis e que deveriam ser aprimoradas, ampliadas para efetivamente
183 inverterem na curva que o professor mostrou. Explicou que a primeira questão
184 foi que trabalharam o tema da obesidade como além de um problema de
185 saúde. Superaram a questão setorial como um problema social, um problema
186 crescente em todos os grupos etários e todas as classes sociais. Esclareceu
187 que o referido tema/ agenda dialogava fortemente com uma agenda social, de
188 olhar os mais pobres, de garantir direitos aos mais pobres, de promover a
189 segurança alimentar e nutricional para toda a população brasileira. Prosseguiu
190 dizendo que o Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade,
191 Promovendo o Modo de Vida, Alimentação Adequada e Saudável para a
192 População Brasileira, estava inserido tanto no Plano de Segurança Alimentar
193 como nas metas do PPA 2012 a 2015. O processo de elaboração foi um
194 Comitê Técnico na CAISAN, um dos primeiros Comitês criados em 2011, já no
195 novo mandato do Governo Dilma, em abril de 2011, com basicamente uma
196 coordenação também mista, mas com a participação forte da SESAN, da
197 Coordenação Geral de Educação Alimentar, junto com a Coordenação de
198 Alimentação e Nutrição da Saúde e fortemente também com o MEC, além dos
199 vários Ministérios que participaram, o Ministério das Cidades, o Ministério da
200 Agricultura e com consultas ao MDA, MAPA, CONAB e Fazenda, Ministério do

201 Trabalho e Pesca e a participação desde o início de representantes do
202 CONSEA e da OPAS. Continuou dizendo que paralelamente à elaboração do
203 plano, conseguiram trabalhar os temas também no PPA. Ressaltou que o
204 Ministério da Saúde também lançou o plano de combate a doenças crônicas
205 não transmissíveis, também de forma intersetorial, e que ofertaram o plano de
206 doenças crônicas, Plano Intersectorial da Obesidade como uma resposta ao
207 eixo da alimentação. E que também fizeram uma análise dos dados da POF,
208 da Pesquisa de Orçamentos Familiares, que traz o consumo alimentar da
209 população brasileira. Disse que era importante não perder de vista a questão
210 do modo de vida sedentário que está associado a isso, não era a causa
211 principal, era importante que se tinha de comer mais alimentos saudáveis e
212 comer menos os mais calóricos, que a pessoa de sobrepeso comesse a
213 fazer exercício iria conseguir superar a questão. A questão do sistema
214 alimentar era um fator de fato essencial. Falou que era importante trabalhar de
215 forma a diminuir o custo de acesso aos alimentos tradicionais, regionais,
216 diversificados, naturais e frescos, desenvolver estratégias e deslocar o
217 consumo de alimentos processados para alimentos básicos, promover a prática
218 de atividades físicas, que já havia colocado em diversos ambientes, ambiente
219 do trabalho, ambiente urbano nas escolas, organizar linhas de cuidado para a
220 atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso e obesidade e
221 promover espaço de convivência, praças, parques, jardins e uso de meios de
222 transporte coletivo de qualidade. E, por fim, mencionou os eixos de ação do
223 plano: 01 - Tema de disponibilidade acesso a alimento adequado e saudável;
224 02- Educação e informação são fundamentais; 03 - Promoção de modo de vida
225 saudável nas escolas, assistência social e cidades; 04 - Vigilância alimentar e
226 nutricional, a questão do acompanhamento, do monitoramento das condições
227 alimentares e do peso das pessoas; 05 - Atenção integral à saúde com o
228 indivíduo com excesso de peso e obesidade; 06 - Regulação e controle da
229 qualidade e na equidade dos alimentos e; 7 – Aprimoramento da rotulagem
230 nutricional. Antes de continuar os trabalhos, a senhora Maria Emília Lisboa
231 Pacheco, convidou o senhor José Carlos Freitas, presidente do FNDE, Fundo
232 Nacional de Desenvolvimento da Educação, que iria representar o Ministro da
233 Educação para compor a mesa. Em seguida deu a palavra ao senhor Elvécio
234 Miranda que agradeceu o convite e começou dizendo que o CONSEA tinha
235 sido uma estrutura, um organismo absolutamente fundamental na virada de
236 postura do Brasil e sabia do tanto que tinham que caminhar. Fez breves
237 comentários sobre as falas da Ministra Tereza Campello, do Doutor Augusto e
238 da senhora Maya, falou do sucesso do programa Saúde na Escola, Saúde da
239 Família e da Semana Saúde na Escola. Fizeram uma articulação do Amamenta
240 Brasil com a Rede de Alimentação Saudável e criaram o Amamenta e Alimenta
241 Brasil. Em parceria com a CONUPENS fizeram a revisão do guia alimentar,
242 pediram a contribuição de todos os envolvidos, Conselheiros e Conselheiras e
243 que estava em Consulta Pública uma inovação, um conjunto de portarias e
244 normativas da saúde, que do ponto de vista do SUS eram muito importantes,
245 com diretrizes e os dispositivos para uma rede articulada integral de
246 enfrentamento das doenças crônicas. Já estava no site do Ministério. Falou
247 ainda do Programa Nacional de Melhoria de Assistência e Qualidade e Atenção
248 Básica, que os novos recursos da atenção básica eram transferidos para
249 Municípios de acordo com o resultado em saúde e um resultado além das
250 doenças, dos fatores de risco como um todo, o acompanhamento nutricional.

251 Queria crescer em 2013 e ampliar o sistema de saúde com mais técnicos,
252 enfermeiros e médicos. O senhor José Carlos Freitas com a palavra,
253 agradeceu à presidente, justificou a ausência do Ministro Mercadante e
254 ressaltou a parceria do Ministério e do FNDE na discussão da Plenária. Disse
255 que iria pautar alguns itens do trabalho que estava sendo feito no FNDE e no
256 Ministério. Falou dos programas estratégicos para enfrentamento da questão
257 do sobrepeso e da obesidade, dentro do Ministério, com destaque ao Saúde na
258 Escola. O Programa Mais Educação era um programa extremamente
259 importante no Ministério e tomou uma importância estratégica a partir do ano
260 passado porque acrescentava um turno adicional na escola, que tinham uma
261 meta de até 2014, ter 30.000 escolas dentro do Mais Educação, que já foi
262 cumprida no ano corrente. Especificamente com relação à atuação do PNAE
263 no Mais Educação e o Programa Nacional de Alimentação Escolar que melhor
264 detalhou. Em seguida, a senhora Christiane Gasparini Araújo Costa com a fala
265 apresentou sua reflexão a partir da experiência de São Paulo. Cumprimentou a
266 presidente e os demais colegas e disse que levou algumas imagens, já que
267 dispunha de pouco tempo para explanação, a fim de melhor esclarecer sua
268 fala. Explicou que criaram na região de periferia onde moram 15 mil pessoas
269 um bolsão de pobreza de altíssima vulnerabilidade social, que chamam de
270 Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional. Essa foi uma
271 iniciativa da sociedade civil e que recentemente vinha sendo incorporada pelo
272 poder público. Foi formado o que se chamou de rede local que fazem parte
273 diferentes entidades. Alguns tipos de atividades criadas no ambiente. Foi uma
274 luta de muitos anos para fazer uma reforma, uma cozinha comunitária que
275 tinha sido abandonada, cursos, oficinas, mapeamento. Basicamente trabalhou-
276 se com cursos de agroecologia em meio urbano, tecnologia sustentável, ervas
277 medicinais, segurança alimentar e nutricional, promoção da saúde, economia
278 solidária e a cidadania, estudos do meio, visitas técnicas, mapeamento da
279 agricultura urbana da região, no entorno da localidade. Um estímulo à
280 implantação de hortas. Procurou-se conjugar o trabalho na horta com um curso
281 de alimento saudável, lanches, várias práticas e cursos na região, um curso de
282 cidadania alimentar onde foram trabalhados os conceitos de Segurança
283 Alimentar. Criaram uma feira de economia solidária, de produtos orgânicos
284 dentro das possibilidades. Foi observada uma melhoria na relação com o
285 alimento, com hábitos mais saudáveis, o aumento do consumo de frutas,
286 legumes e verduras. Revelou que contaram com algumas parcerias, uma
287 delas, as estagiárias, estudantes de nutrição da USP. Explicou que tiveram que
288 sair, pois o edital acabou e estavam esperando um novo edital a ser aberto
289 para voltarem ao Centro de Referência porque não tinham condições de
290 manter lá como tinham feito antigamente. Falou que não adiantava tocar na
291 questão ligada ao alimento, processos, que tocavam em muitas diferentes
292 dimensões do ser humano, era complexo. Na segunda questão, disse que
293 esses trabalhos não abordam diretamente o tema da obesidade, eles o
294 tangenciavam na medida em que falavam de comida saudável, de melhoria de
295 hábitos alimentares e tal. Era muito importante associarem redução da despesa
296 com alimentação, com aproveitamento integral de alimentos, com economia
297 solidária, com abastecimento popular. A terceira questão foi a discussão da
298 qualidade que tinha que se associar à discussão da renda. No nível local, o
299 tema da obesidade deveria vir articulado à segurança alimentar, às condições
300 de acesso, alimento saudável, a diminuição de gastos, dialogando com

301 dimensão ambiental e a formação de curtos circuitos de produção e consumo.
302 A quarta questão foi a indivisibilidade de direitos. O direito à saúde estaria
303 associado a outros direitos que ao serem negados que levavam à má
304 alimentação. Por último, eram ONGs, entidades locais, associações
305 comunitárias, organizações que estavam sendo capazes de trabalhar no nível
306 de capilaridade, de chegar onde estão as questões. Questionou como garantir
307 a participação das entidades e a participação social no plano. Na vez da
308 Conselheira Elizabetta ela trouxe as contribuições do CONSEA, feitas a partir
309 do debate nas Comissões e Grupos de Trabalho. Ela falou em nome de 09
310 comissões. Disse que poderiam falar que estavam na Plenária discutindo
311 segurança alimentar nutricional. As Comissões saudaram o lançamento do
312 plano e manifestam a sua expectativa para sua implementação imediata. O
313 plano representava um significativo avanço no entendimento que a obesidade
314 era o resultado da maneira como as sociedades contemporâneas organizaram
315 suas maneiras de viver, produzir alimentos, condicionar consumos e
316 transformar bens em mercadoria, mas, o plano era principalmente uma maneira
317 nova de enfrentar o desafio, no cenário que se apresentava, era o resultado do
318 compromisso político da intersetorialidade. Saudaram todos os Ministérios e as
319 suas equipes, as demais organizações que participaram tanto da elaboração
320 direta do plano como das reuniões setoriais e das consulta técnicas. Ressaltou
321 que para continuarem tendo um plano e não um conjunto de ações
322 pulverizadas, a instalação do Comitê Gestor no âmbito da CAISAN era
323 fundamental para que os princípios da intersetorialidade, da ação articulada, da
324 interferência na multideterminação da obesidade fossem mantidos e os
325 resultados potencializados. O CONSEA interpretava o plano como uma
326 estratégia importante para recuperar, proteger e promover a alimentação
327 tradicional nos seus múltiplos sentidos e significados. Passou para os objetivos
328 gerais discutidos: Era necessário explicitar no momento da implementação do
329 plano as ações no contexto de algumas comunidades e povos específicos. Da
330 mesma maneira o plano requeria uma releitura de estratégias para as pessoas
331 e famílias que viviam no contexto rural, ele não abordava isso. Quando da sua
332 implementação seria necessário melhor detalhamento de como seriam
333 estabelecidas as parcerias e seriam valorizadas as experiências que eram
334 desenvolvidas nas organizações locais. Assim, como o plano propunha abordar
335 a obesidade em sua multideterminação era preciso ampliar a pesquisa, o
336 conhecimento sobre os aspectos, valorizando os diferentes entendimentos,
337 valores, abordagens do problema, consequências que iam além das questões
338 biológicas, tanto para as pessoas quanto para as comunidades. Os debates em
339 torno do plano e sua implementação deviam também levar em consideração as
340 atribuições e o papel da mulher quanto a alimentação no âmbito da família e da
341 comunidade, todavia sem responsabilizá-la pelas tendências negativas
342 verificadas atualmente. O plano atual devia ser detalhado no sentido de ser
343 mais explícito quanto as iniciativas, medidas concretas que seriam
344 implementadas, financiadas e responsabilizadas. Incluir as comunidades como
345 um espaço da gestão do plano de obesidade, pois estas se organizavam para
346 lidar com suas realidades e desafios. A implementação do plano teria outra
347 qualidade se as estratégias e soluções fossem valorizadas. Era preciso prever
348 no plano como seria a articulação também com estados e municípios, sugeriu-
349 se formular a formação de Comissões Intersetoriais ou Comitês Gestores nas
350 esferas estaduais e municipais contemplando as instâncias do CONSEA e da

CAISAN locais. Prosseguiu lendo as sugestões dadas em cada eixo. Eixo 1) disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis. Eixo 2), educação, comunicação, informação. Divulgar e utilizar o marco de referência de educação alimentar e nutricional para Políticas Públicas. Eixo 3) Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes e territórios. As instituições públicas deveriam ser pioneiras na adoção de práticas alimentares e saudáveis, incluindo uma regulação para oferta de alimentos no seu ambiente e desenvolvimento da educação alimentar e nutricional de servidores e usuários. Eixo 4) Vigilância alimentar e nutricional e das práticas de atividade física da população, pontuou-se: ampliar o número de academias da saúde com acesso a todas as faixas de idade, tendo garantia a presença de uma equipe de profissionais, no caso educador físico e incluiria o quesito raça/ cor no SISVAN e analisaria a morbidade, a mortalidade, relacionada à obesidade na população negra. Eixo 5) Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso e obesidade, era preciso reconhecer que o plano rompia com a perspectiva medicamentosa para tratar as questões estruturais. Avaliou que como uma recomendação que foi detalhada na apresentação do Secretário de Atenção à Saúde, que foi garantir, expandir, qualificar as ações de atenção nutricional principalmente no âmbito da atenção a partir do momento no âmbito da atenção primária. Falou que identificaram no plano que era fundamental ampliar o compromisso da ANVISA em relação ao plano, tanto nas ações de fiscalização da qualidade dos produtos, quanto aos diferentes riscos de contaminação e também no cumprimento de suas responsabilidades de garantir a qualidade nutricional dos alimentos, ampliando as ações que visassem a redução do teor do açúcar, gordura e sal nos alimentos e estabeleceriam métodos nutricionais e temporais que fossem compatíveis com a gravidade do problema. Em relação à rotulagem, enquanto instrumento de comunicação com consumidor e obrigação dos fabricantes em explicitarem todas as informações dos produtos, esclareceu que a rotulagem deveria ser valorizada e atualizada na perspectiva de ser um instrumento que permitia a escolha informada de todas as pessoas. Um último item do eixo foi em relação ao *códex alimentaris*, era um recado também para o CONSEA que era fundamental que se abrisse discussão sobre os temas, processos do *códex alimentaris* para que a atuação brasileira nesse fórum fosse pautada pela promoção da saúde, garantia da SAN e realização do direito humano à alimentação adequada. Explicou ser importante uma agenda a ser construída tanto no interior do CONSEA como da CAISAN. A senhora Maria Emília Lisboa Pacheco esclareceu que foi feito um apelo para assegurar que as pessoas encaminhassem o pedido de suas passagens com antecedência de 10 dias úteis, ou seja, pelo menos 15 dias, do contrário prejudicariam outros, porque a passagem subia o preço, com isso, era preciso avaliar o orçamento, para assegurar maior presença possível de conselheiros e conselheiras em atividades do CONSEA como seminários que ficavam às vezes espremidos porque o custo das passagens se elevava. Solicitou que conselheiros e conselheiras levassem em conta que os telefones e computadores da Secretaria do CONSEA tinham um uso constante pela Secretaria, que nos dias em que se encontravam, era preciso recorrer a esse instrumento e que utilizassem de forma comedida. A senhora Muriel Saragoussi, com a palavra, cumprimentou os presentes. Esclareceu que para a OXFAM era muito interessante e importante a participação como observadores no CONSEA. Que

401 no dia anterior na reunião da Comissão Permanente a senhora Natalhie falou
402 que era preciso sair do Brasil para entender a dimensão do que já
403 conquistaram dentro do país e a OXFAM, como uma organização internacional
404 que trabalhava em 90 países, recebiam constantemente demandas de
405 informação sobre como faziam no Brasil. Revelou que ao entrar em contato e
406 pedir para ABRANDH para ajudar a contar a experiência da construção social,
407 a ideia era ter um material para reflexão interna no Brasil sobre quais foram os
408 avanços e tinham de ter consciência dos retrocessos que não poderiam
409 permitir acontecer. Pediu que entendessem quais os desafios que ainda
410 estavam à frente porque sabiam que não era um sistema acabado, pronto e
411 sem desafios, que era um material que permitia subsidiar a solidariedade do
412 Brasil, do povo, das organizações e dos movimentos brasileiros, para com os
413 outros povos e também dentro do Governo. A senhora Marília Mendonça Leão
414 disse que a experiência foi muito importante, um dos eixos de trabalho da
415 ABRANDH era a formação de pessoas, a defesa dos direitos humanos pela via
416 da formação. Que tinham oferecido o curso do direito humano à alimentação
417 adequada ao SISAN no ano corrente, que perceberam que era muito
418 interessante realmente contar a história. No contexto do curso, a OXFAM
419 convidou a ABRANDH a fazer esse documento. Reconheceu que os desafios
420 eram grandes, que quando olhavam para o SISAN, a experiência de fazer o
421 documento mostrou a importância se politizar o debate sobre o sistema e não
422 só olhar para ele como uma estrutura de políticas públicas ou de organizações
423 governamentais e que abrisse alguns espaços para a sociedade, que era
424 preciso politizar a discussão sobre o SISAN e esperavam que a publicação
425 ajudasse nesse sentido. Com o turno da fala, o senhor Renato Sérgio Jamil
426 Maluf parabenizou a OXFAM pela iniciativa. Falou que a participação social e
427 políticas públicas ela não é original do Brasil e muito menos exclusiva do Brasil,
428 mas era certamente uma marca distintiva que caracteriza muito fortemente e
429 diferencia o país e havia muito que intercambiar. Agradeceu a ABRANDH na
430 pessoa da Marília, da Beta e Natalhie pelo honroso convite de participar do
431 projeto. A senhora Muriel Saragoussi comunicou que a gráfica iria entregar os
432 Cds e que a OSFAM estava doando uma quantidade de livros para serem
433 mandados para os CONSEAs Estaduais, para que todos pudessem utilizar o
434 material e quem precisasse mais era só entrar em contato. **Proposta de marco**
435 **regulatório das organizações da Sociedade Civil.** A senhora Maria Emília
436 Pacheco Lisboa, convidou o senhor Diogo Santana, Chefe da Assessoria
437 Especial do Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, a
438 senhora Vera Mazagão, integrante da Diretoria da Associação Brasileira de
439 ONGs e como debatedor o conselheiro Naidison Baptista para compor a mesa.
440 O senhor Diogo Santana iniciou sua fala agradecendo ao convite e explicou
441 que em sua apresentação falaria qual foi a agenda de trabalho e quais foram
442 as principais conclusões em termos da relação entre Estado e a Sociedade
443 Civil. Explicou que o trabalho estava muito concentrado na questão da
444 contratualização, na relação do Estado com as sociedades, do ponto de vista
445 daquelas entidades que recebiam recursos públicos, que foi um mandato que
446 foi outorgado pela Presidenta no ano passado, quando ela publicou alguns
447 Decretos sobre a questão das organizações da Sociedade Civil e foi um
448 trabalho que desenvolveram nos últimos dez meses. Prosseguiu esclarecendo
449 que o grupo do marco regulatório partiu de uma demanda da própria sociedade
450 que criou uma plataforma por um novo marco regulatório das organizações da

451 Sociedade Civil e durante 2010 na campanha da Presidenta Dilma depois que
452 a Presidenta Dilma foi eleita ao longo de 2011, cobrou do Governo propostas e
453 no final do ano o grupo foi instalado. O Seminário Internacional com
454 especialistas, acadêmicos, gente da sociedade, para debater o diagnóstico, dar
455 um ponto de partida para o Grupo de Trabalho. Revelou que o Seminário foi
456 realmente importante porque acabou definindo uma agenda que levou aos
457 resultados que iriam apresentar. Explicou que a equipe na Secretaria Geral
458 estava muito disposta a atender aos convites e ao longo da trajetória
459 participaram de vários eventos, seminários, construíram o projeto que iria ser
460 apresentado com muita escuta, tentando captar o que de melhor puderam ter
461 na Sociedade. Além disso, fizeram de escuta na sociedade procuraram
462 trabalhar muito internamente. Esclareceu que detectaram que a Secretaria
463 Geral tinha dois convênios, a Casa Civil não tinha praticamente nenhum, a
464 Fazenda não tinha nenhum e se chamava muito os Ministérios que não
465 executavam o que estava propondo na prática, então, decidiram por orientação
466 do Ministro Gilberto fazer um amplo processo de escuta também dentro do
467 Governo com gestores, com a direção dos Ministérios que atuavam nas áreas
468 fins. Explicou que iria apresentar uma espécie de conjuntura em que se fez o
469 projeto, um pouco do diagnóstico que chegaram e depois apresentou medidas
470 concretas, Em relação à conjuntura tinham dentro do Governo uma orientação
471 muito clara da Presidenta Dilma no sentido de fazer um reforço das áreas
472 Ministeriais, de gestão e não só do Governo Federal, mas também um reforço
473 das estruturas federativas para que as políticas públicas chegassem à
474 população mais pobre. Mostrou um diagnóstico no Governo que mesmo com
475 todo o avanço que conseguiram ao longo do Governo Lula, boa parte da
476 população pobre no Brasil e especialmente os extremamente pobres não
477 tinham acesso aos serviços públicos. A partir do diagnóstico a Presidenta tinha
478 orientado aos Ministérios, a Secretaria Geral, a todos, a fortalecer as estruturas
479 de governança que levassem a uma estrutura melhor das políticas públicas.
480 Algo forte então seria um diagnóstico muito forte que se tinha dentro do
481 Governo Federal era de que não era possível construir políticas de Estado, que
482 tivessem que ser estruturadas de maneira forte e que tivesse que atingir a
483 população mais pobre com instrumentos muito precários, como convênios ou
484 alguma coisa que durasse pouco tempo. Acreditou que a mensagem mais
485 importante era passar que o projeto que estavam discutindo estava dentro do
486 espectro da redefinição da relação do Estado com a sociedade, no sentido de
487 que todo o esforço de Governo se orientava para acabarem com a extrema
488 pobreza e implementar as políticas públicas de forma que a população mais
489 pobre tivesse acesso também às políticas de qualidade e o diagnóstico que
490 percebiam era que tinham uma grande insegurança jurídica, isso tanto para as
491 entidades, quanto para o Estado. Revelou que a primeira proposta apresentada
492 seria um que chamaram de Termo de Fomento e Colaboração, que seria uma
493 modalidade de parceria específica, com regras específicas, com tratamento
494 específico do Estado para a Sociedade Civil, não usariam o mesmo
495 instrumento da relação com Estados e Municípios, usariam um instrumento
496 específico, com regras específicas. Explicou que havia uma série de regras que
497 comporiam o novo Termo de Fomento e Colaboração e a primeira delas era a
498 questão o chamamento público que era uma regra que já tinha a vigência, mas
499 que era uma modalidade um pouco nova dentro da administração pública. O
500 segundo ponto, o mais importante, seriam terem o fim da lacuna sobre

501 pagamento de defesas das despesas das equipes de projeto. Falou também da
502 instituição do que chamaram de pesquisa junto aos beneficiários, que seria
503 uma modalidade para tentar entender das pessoas que foram atendidas ou
504 participaram dos projetos das entidades. Definiriam a titularidade dos bens e
505 direitos adquiridos ao longo da execução do projeto. Explicou que estavam
506 criando a série de regras para o gestor público anterior à parceria para que
507 melhorasse o diagnóstico do problema que queriam atacar em parceria e por
508 fim, estavam fazendo uma estratificação e criando dois níveis de prestação de
509 contas: um primeiro nível que era até R\$ 600.000,00 e um segundo nível acima
510 de R\$ 600.000,00. Prosseguiu esclarecendo que uma primeira coisa era que
511 como um projeto de lei tinha um tempo de maturação no Congresso, que não
512 sabiam quando seria aprovado e nem como, tinha algumas coisas que dava
513 para fazer imediatamente, como por exemplo, a coisa da despesa de pessoal,
514 precisavam regularizar de maneira rápida, estavam com uma proposta de
515 Decreto que era muito semelhante, quase *ipsis literis* à proposta que estava no
516 projeto de Lei. Outra coisa também era criar uma iniciativa com a Ouvidoria
517 Geral da União, um relacionamento mais direto para que as entidades
518 pudessem rapidamente resolver problemas de uniformização de entendimento
519 dentro do Governo. Comunicou que estavam programando para março um
520 grande evento, que iriam divulgar uma série de pesquisas do IPEA, da
521 Secretaria Geral, que a FASTIL iria atualizar em dezembro e tinham uma
522 agenda muito forte de estudos e pesquisa sobre as organizações e Sociedade
523 Civil que queriam ver refletidos. Pediu que quem estivesse trabalhando na área
524 também no CONSEA poderiam ter um relacionamento bem intenso. Informou
525 que uma agenda também de capacitação tanto com o Ministério do
526 Planejamento, AGU, a própria Escola da Advocacia Geral de União, enfim, que
527 tinham convidado membros da sociedade para participar de alguns cursos de
528 Capacitação, disse também que algumas medidas de transparência no
529 orçamento, precisavam melhorar algumas categorias no orçamento Por fim,
530 explicou que valia a pena ressaltar, quais eram os objetivos: Primeiro a
531 premissa que moveu todo o trabalho era uma fé muito forte, uma convicção
532 muito forte do Ministro Gilberto, da equipe da Secretaria e do Governo da
533 Presidenta Dilma, de que a organização popular era muito importante para o
534 desenvolvimento do País. E aí não era só importante em termos de execução
535 de políticas em conjunto, mas também na defesa de direitos, na cobrança do
536 próprio Governo, que não adiantava o Brasil ser 6ª, 5ª economia do mundo se
537 tivesse uma sociedade fraca, sem valores humanitários, respeito aos direitos
538 humanos fracos. Ao lado do desenvolvimento econômico precisavam ter uma
539 convicção muito forte de que era preciso ter uma sociedade organizada e
540 acreditavam que o processo não adiantava o Governo construir sozinho, e por
541 isso chamava todas as Entidades, que participavam do CONSEA, para
542 atuarem discutindo pois acreditavam que iria rapidamente ao Congresso e que
543 estavam juntos para fazer o debate no parlamento sobre como deveriam tratar
544 a relação do Estado com a sociedade. A Sra. Vera Mazagão agradeceu a
545 oportunidade de estar no CONSEA, ressaltou a importância do debate do tema
546 que é central para esse Governo. Informou que faria alguns comentários para
547 que todos avaliassem o quanto avançaram com a proposta, com o produto
548 produzido durante os meses do Grupo de Trabalho, o quão frágeis ainda eram
549 essas conquistas quanto à efetivação e quais passos ainda teriam que dar.
550 Afirmou que a questão do marco regulatório é uma luta histórica da Abong,

551 iniciada há muito tempo e sendo trabalhada em vários momentos políticos.
552 Concluindo que de fato tiveram 8 anos de Governo Lula sem ter dado um
553 passo no que se refere à questão. Explicou que várias organizações reunidas,
554 incluindo a ASA, a ANA e a Abong, formaram a plataforma e construíram um
555 documento político que propunha a criação de leis que criassem segurança
556 jurídica para a relação das organizações com o Estado e acesso a fundos
557 públicos de forma transparente e legítima, incentivos para auto-organização da
558 sociedade e engajamento cidadão na linha dos incentivos às doções ou uma
559 situação tributária facilitada para as organizações, comprometendo-se com a
560 questão da transparência. O documento foi entregue aos candidatos à
561 Presidência da República para adesão e a presidenta Dilma se comprometeu a
562 criar, após sua posse caso eleita, um Grupo de Trabalho. Narrou a retomada
563 do compromisso firmado com o movimento social e as organizações de
564 Sociedade Civil, as dificuldades enfrentadas para a criação do Grupo de
565 Trabalho, o reconhecimento por Decreto Presidencial, a ideia do seminário
566 internacional para inaugurar os trabalhos e o início das atividades afirmando
567 que o trabalho apresentado é produto do empenho político da equipe da
568 Secretaria Geral e ressaltando a capacidade técnica dos envolvidos.
569 Esclareceu a importância das ONGs e sociedades e a necessidade de que a
570 sociedade a entenda, recriminando a mídia por criminalizá-las. Falou sobre o
571 segundo Decreto da Presidenta que suspendeu todos os repasses até que se
572 provasse a inocência, questionando sua legalidade e informando que os
573 maiores problemas trazidos por ele foram simbólicos quanto à imagem das
574 organizações. Informou que o início do grupo de trabalho foi durante o auge
575 dos escândalos e o seminário aconteceu. Refletiu acerca da importância das
576 organizações da Sociedade Civil têm para o Governo e sociedade elencando
577 os papéis desempenhados na cobrança da presença de um Estado e no
578 fortalecimento e criação de um Estado forte e capaz de exercer políticas
579 públicas. Alerta para o risco de o Estado abrir mão desse papel redistributivo
580 que ele tem, que é importantíssimo que ele tenha. Relata que o instrumento
581 proposto discute fomento, fundos e acesso aos recursos públicos. Sra. Vera
582 informa que esse projeto iria passar por uma consulta pública para depois
583 entrar no Congresso ainda mais fortalecido, confessando eu alguns pontos
584 ainda não foram contemplados. Sugeriu que o projeto de lei que visava
585 regularizar relações com o Governo Federal poderia ter sido de abrangência
586 nacional e reforçou a importância da disseminação dessa discussão nos
587 Ministérios e nas organizações a fim de que não houvesse retrocesso dos
588 avanços conseguidos. O senhor Nadison colocou que CONSEA tinha se
589 preocupado com a questão do marco regulatório e tinha se preocupado com as
590 relações entre a Sociedade Civil e o Estado, no que concernia ao acesso a
591 recursos públicos. Pediu para colocar 3 ou 4 pontos: Primeiro a relação entre
592 Sociedade Civil e Estado não era uma relação de busca de se locupletar. A
593 mídia, muitas reportagens colocam que fulano de tal, tal organização captou
594 tanto de recurso público, mas em nenhum momento disse para fazer o quê.
595 Queria destacar o papel das organizações do campo democrático popular,
596 organizações que iniciaram inúmeros trabalhos de organização social, que
597 estavam na base de muitos processos da redemocratização do País e eram
598 que estavam atualmente na luta pela segurança alimentar e nutricional, pela
599 agricultura familiar, pela agroecologia e muitos processos debatidos
600 constantemente dentro do CONSEA. As ONGs sempre estavam buscando,

601 propor e construir políticas a partir de suas práticas, a partir de suas práticas
602 refletidas e sistematizadas, executar políticas, exercer o controle social.
603 Destacou ainda, que as ações não eram ações de interesse particular, eram
604 ações de interesse público, que sempre diz lá fora que não se reconheciam
605 como ladrões, não eram ladrões, que são obrigados a devolver bem feitorias
606 que não possuem. Um armário velho, um pedaço de computador, um celular
607 que vale dez mil e está avaliado pelo Governo em sessenta mil reais. Revelou
608 que era uma esperança virou uma tragédia, por exemplo, a Lei de ATER, disse
609 abertamente, a organização acabou a execução da Lei de ATER em março do
610 ano corrente e nunca recebeu. Saudou essa nova lei, pois ela abriu
611 perspectivas e queria pegar dois pontos: Um é em relação a ser apenas
612 chamadas públicas, que não eram contrários a chamadas públicas, mas
613 trabalhar apenas com as chamadas públicas poderia impedir ou coibir a
614 demanda espontânea onde estavam expressas muitas necessidades e onde
615 estiveram presentes no nascimento muitas das políticas públicas que
616 atualmente debatiam. Então, talvez estudar a composição das duas formas.
617 Que havia várias lógicas no Brasil porque o Brasil tinha vários povos, e a lei
618 como ela estava não contemplava a lógica dos indígenas, dos quilombolas e
619 precisariam ver como contemplar as outras lógicas para como uma lei que
620 queria resolver questões, não aumentaria o processo da discriminação que já
621 existia no País. Acentuar a dimensão principalmente para o campo dos
622 indígenas e das comunidades tradicionais, dos repasses de caráter coletivo.
623 Estudar a perspectiva de um Simples para ONGs, por exemplo, tinha a isenção
624 do INSS para mil e uma empresas, mas as ONGs continuavam pagando 65%
625 de encargos sociais. Talvez não fosse justo. Talvez isso pudesse vir no crédito
626 inclusive. Acentuar a importância do decreto intermediário porque a situação
627 das organizações era a situação de insolvência, mais um pouco de tempo e
628 boa parte das organizações já não mais existirão por conta do quadro atual de
629 questões. Verificar a urgência do envio disso para a presidenta o CONSEA
630 poderia ter um papel nisso, enfatizando a urgência da tramitação. Na parte
631 avaliação, revelou que se deveria olhar com um pouco mais de carinho o
632 processo e não apenas os resultados. O senhor Edécio Vigna, iniciou os
633 debates dizendo que Sobre os desafios que o GT, iria enfrentar, acreditavam
634 que teriam que aprofundar o tema do controle e da prestação de contas por
635 resultados, No segundo ponto colocou que a questão de criar uma proposta de
636 sistema de arrecadação de contribuições espontâneas da sociedade com
637 isenção de impostos, terceiro, discutir mais a questão de certificação como
638 critério, que as entidades são certificadas em nível federal, tinha que se discutir
639 melhor. Achavam que devia haver flexibilização em relação às exigências para
640 prestação de contas, isso tem que ser pensado. Quarto, além de avaliar
641 resultado, tinham que fazer a análise do processo. Cinco, havia uma limitação
642 do projeto porque ele estava voltado para a esfera federal e não incluía estados
643 e Municípios. Seis; não havia um consenso de que a proposta poderia
644 fortalecer uma democracia participativa. Próximo passo, achavam que o
645 Governo deveria enviar o PL ao Congresso em regime de urgência,
646 urgentíssima para ver se chegava lá. O senhor Adriano esclareceu que ponto
647 fundamental era mais político e teórico, nesse contexto de fortalecimento dos
648 entes federativos, como era resignificado o papel da Sociedade Civil, e que a
649 fala do senhor Naidison era muito importante nesse sentido. Com base nisso,
650 tinha dois comentários muito específicos em relação à proposta: Primeiro era a

651 discussão da chamada pública, em que medida era possível pensar algumas
652 alternativas já que mesmo a lei de licitação previa algumas exceções à
653 chamada pública, indagou por que para a Sociedade Civil não havia exceção.
654 Segundo era em relação à velocidade de tramitação, o Edécio falou da
655 urgência urgentíssima, por que não a Medida Provisória ou se havia intenção
656 de fato de que fosse com urgência urgentíssima porque conheciam o
657 Congresso e conheciam o ritmo. O último ponto que não foi citado, era em
658 relação às possibilidades de cooperação internacional Sociedade Civil. A
659 Sociedade Civil, que começava se avolumar. Explicou que o Brasil se
660 transformava cada vez mais num País que ampliava a sua cooperação
661 internacional, o sucesso que a sociedade brasileira e Sociedade Civil em
662 particular tiveram na segurança alimentar, no combate ao HIV/AIDS, em várias
663 outras áreas, levava a um crescimento de oportunidades de financiamento para
664 que ONGs brasileiras fizessem cooperação com ONGs da África, da América
665 Latina, da Ásia e atualmente havia limitações legais para que isso ocorresse.
666 Era preciso fazer uma reflexão profunda de como criamos capacidade para
667 fortalecer essa cooperação Sociedade Civil e era praticamente impossível no
668 atual contexto legal. A senhora Regina Nogueira disse acreditar ser importante,
669 debaterem na CP5 e não consideraram especificidade a questão de ver as
670 diversidades que o Brasil tinha. Falou que a questão dos indígenas,
671 quilombolas, tinha principalmente a discriminação não levar em conta o
672 racismo institucional que estava colocado em todas as relações era
673 extremamente grave. A outra questão era a dificuldade do financiamento para
674 redes, de como poderia ser colocado, que algumas pessoas colocaram como
675 financiamento coletivo, mas esta inter-relação entre o que uma organização
676 contribuía para o fortalecimento de outra e as questões poderiam ser
677 colocadas, que nos viam de uma forma bem nítida na exposição. E por fim
678 disse que as relações quando estavam colocando o marco regulatório era um
679 assunto que estava pipocando. Esclareceu que a Copa de 2014 estava
680 chegando, que as relações internacionais, e concessões, em que essas
681 questões materiais e as questões dos patrimônios estavam colocadas e que se
682 viam ameaçados nisso. E não viam uma preocupação de uma relação com as
683 pequenas organizações, uma preocupação de manutenção dos princípios nos
684 grandes relacionamentos, principalmente aqui dentro do CONSEA quando se
685 discutia segurança alimentar a nutricional. O senhor Edno Honorato de Brito
686 destacou: Primeiro, uma observação na legislação que estava começando a
687 trabalhar, a questão da adequação do projeto social, as regras do Ministério.
688 Segundo, com relação à análise da proposta pelos órgãos financeiros, tinha
689 sistema de convênios atualmente que quem fazia a análise do projeto
690 SICONVE eram os agentes financeiros como Caixa Econômica e Banco do
691 Brasil. Terceiro, estava relacionado aos gastos administrativos e de gestão. Em
692 alguns convênios estava previsto 15%, e poderia ser previsto até 15% para
693 gestão administrativa e outros não estavam. Era importante ter claro isso
694 porque essa era essa a gestão que iria permitir muitas vezes a flexibilidade e
695 não a entidade tinha que fazer mágica, se desdobrar para poder garantir isso.
696 E por fim, disse que ficava muito feliz, pois estava sendo trabalhada a questão
697 da conceituação, sobre o que era execução direta e o que era execução
698 indireta. O senhor Milton Rondó Filho falou que a Sociedade Civil brasileira
699 tinha cada vez mais feito cooperação internacional. Então, sabia-se que o
700 marco previa a cooperação internacional, se daria segurança porque graças ao

701 CONSEA era mais uma coisa para acrescentar na lista, Dirigindo-se ao senhor
702 Naidison, o senhor Edson revelou que foi o CONSEA que estimulou a ter uma
703 rubrica a partir do ano corrente para cooperação com Sociedade Civil, já
704 tinham neste ano, o CONSEA já havia pedido para manter a mesma
705 quantidade de recurso para o próximo ano. A senhora Marília com o turno da
706 fala, explicou que era importante o tema, demorou, mas trazia avanços,
707 embora algumas questões ainda permanecessem como desafios. Indagou ao
708 senhor Diogo, sobre como ficaram as questões colocadas, pela lei das
709 OSCIPS, o termo de parceria, pois pelo que havia entendido, seria um
710 instrumento único de contratualização que anularia o termo de parceria.
711 Comentou que percebeu que todas as propostas do grupo realmente tinha
712 muita coerência, mas atendia muito às necessidades do próprio Governo. No
713 caso do Governo Federal que era uma realidade essa questão de gerir os
714 recursos públicos que iriam para as ONGs. Estava preocupada na medida em
715 que a legislação não iria chegar, ou legislar para Estados e Municípios que o
716 PL ou a regulação só atenderia as grandes ONGs, as ONGs que estavam
717 organizadas e que tinha a capacidade de cumprir com tudo. Entendia que para
718 as ONGs menores e locais o PL não iria atender muito, o que era uma pena.
719 Colocou outra questão que era reforçar da importância de se pensar realmente
720 na criação de fundos de financiamento da democracia. Sua última sugestão foi
721 que o grupo não se desfizesse, continuasse trabalhando no sentido de pensar
722 em uma nova regulação fiscal para incentivar a doação de pessoas físicas e
723 jurídicas para ONGs, para o exercício da democracia participativa. O senhor
724 Arimatéia registrou que tinham uma luta histórica e inclusive garantida na
725 Constituição Federal sobre a participação da sociedade, mas efetivamente
726 sobre a regulamentação em diversas legislações. Perguntou se o Governo,
727 independente das atividades que iriam ter no tocante à audiências públicas se
728 iria debater nos Estados, porque era muito prudente e importante que
729 pudessem criar a rede um apoio aos segmentos e envolvendo as entidades no
730 sentido de sensibilizá-las à mudança tão importante. O senhor José de
731 Ribamar de Araújo e Silva falou da necessidade de se reconhecerem como
732 devedores da cooperação internacional e não bastaria ter uma boa lei, mas era
733 preciso avaliar o momento, uma boa lei e um bom fundamento. Reforçou uma
734 fala já dita que não era a primeira vez que se falava sobre a questão dos
735 bancos. Se a presidenta Dilma soubesse o poder que os presidentes do banco
736 oficial têm, o gerente, não precisaria ir tão longe, ela pensaria muito bem antes
737 de nomeá-los, porque muitos dos recursos que duramente conquistamos nas
738 políticas públicas eles são sequestrados na mesa do gerente do banco.
739 Esclareceu que estavam falando simbolicamente do Senado, havia um
740 percurso a ser percorrido e a exemplo do que fizeram com a PEC, em que
741 reabriram a Constituição Cidadã para escrever o mais elementar direito que é o
742 direito de se alimentar, tinham exercer o ciclo que iria dar formulação à
743 execução. A luta fazia a lei e depois muita luta para cumprir a lei e a lei chegar.
744 Que deveriam estar muito atentos para que os poucos avanços que viviam e
745 parabenizava o esforço de todos, sabia que a Secretaria Geral sofreu muito
746 para garantir alguns avanços ali e muito mais os representantes da Sociedade
747 Civil, que passaram não ver sequestrado no percurso, no itinerário de
748 Executivo para Legislativo que o marco regulatório teria que fazer. A senhora
749 Aldenora Gonzalez parabenizar a mesa e disse ao senhor Diogo, que tinha
750 dois pontos: Primeiro, que precisavam trabalhar mais a questão na segurança

751 jurídica, na legislação existente no que se referia, aos pontos de interpretações.
752 O Governo tinha uma interpretação, as entidades tinham outra. Segundo, era
753 na questão de ampliação da oferta dos serviços e financiamento para
754 entidades que trabalhavam com a população mais pobre, que geralmente não
755 conseguia ser atendida. Concordar com a fala do Conselheiro Naidison porque
756 historicamente as organizações sociais deram sustentação aos programas e
757 ações dos Governos e infelizmente não conseguiram ter o retorno. Na vez do
758 senhor Silvio, ele disse que ao mesmo tempo em que estava feliz com o marco
759 regulatório, estava preocupado em se tratando do povo indígena, porque não
760 sabia ainda como atenderiam povo diferente de forma diferente. Reforçou que
761 precisavam pensar. A senhora Sebastiana Almire de Jesus perguntou ao
762 senhor Diogo se o marco regulatório estava contemplando as entidades
763 econômicas sem fins lucrativos, que vinham crescendo cada vez mais no País
764 a partir da experiência de Economia Solidária. Senhora Maya esclareceu que
765 em relação à execução nessa linha do senhor Naidison tinham que ter uma
766 relação de experiências exitosas de grandes experiências de execução de
767 políticas públicas por parte da Sociedade Civil e que a primeira que
768 despontava, não tinha a menor dúvida, era da P1MC, que contribuiu para
769 construção de mais de 350.000 cisternas no semiárido. Disse que a CGU
770 finalizou um relatório de análise da parceria e concluiu por um resultado muito
771 satisfatório em termos de resultado para a Sociedade Civil e deveriam divulgar
772 e celebrar isso. Dirigindo-se ao senhor Diogo, além da discussão do marco
773 regulatório iriam trabalhar com os Ministérios o levantamento, no MDS em
774 parceria com o Ministério do Trabalho, pois estavam com um projeto de
775 aproveitamento dos produtos que eram apreendidos pela Receita Federal, que
776 foram colocados como uma fonte de recurso, para transformar em recursos
777 para Fundo Solidário. Eram experiências ainda pontuais, mas exatamente iriam
778 na linha de reverter recursos para Fundos Solidários. E por fim, falou do PPA
779 era uma forma de repassar recurso via organização. O senhor Diogo Santana
780 agradeceu as perguntas e passou a respondê-las. Respondendo ao senhor
781 Nadison, disse que a ideia de terem um projeto de contratualização melhor
782 entre o Estado e a organizações da Sociedade Civil, era parte de um projeto de
783 Governo que entendia que a relação com do Estado com a sociedade tinha que
784 ser uma relação virtuosa e para que o Brasil tivesse uma democracia madura
785 as Entidades da Sociedade Civil eram essenciais. A questão das cooperativas
786 e das entidades econômicas, que apareceu na fala da senhora Sebastiana, na
787 verdade, a ideia do projeto tinha uma certa humildade, que não queriam com
788 esse projeto de lei resolver todos os problemas de mundo, na verdade a ideia
789 de colocar a cooperativa inicialmente era de tentar resolver definitivamente do
790 ponto de vista jurídico que a cooperativa não tivesse fins lucrativos, tinha fins
791 econômicos. Resolveram não tentar resolver o problema que nem o Supremo
792 Tribunal Federal resolveu ainda, mantiveram no projeto de lei a ideia de que
793 fossem associações civis sem fins lucrativos e que no qual a cooperativa não
794 estava excluída. Na verdade ela poderia também ser objeto do Termo de
795 Fomento e Colaboração. A única coisa que não quiseram colocar no projeto
796 porque isso gerava um transtorno, eram debates e acabavam discutindo o que
797 era uma cooperativa, o debate passava a ser o que era cooperativismo e
798 deixavam de discutir o que era o marco regulatório. Outra questão surgida e
799 que o senhor Diogo Santana esclareceu, foi a questão de atuação em rede.
800 Com o movimento, eram dois movimentos paralelos em direções diferentes,

801 isso foi muito nítido no Governo Lula, mas mesmo no Governo anterior também
802 foi forte, A sociedade é trazida para participar dos programas de Governo e não
803 só dos programas, mas do controle social e etc. e de outro lado vinham
804 impondo cada vez mais regras para que a participação acontecesse e vai se
805 regularizando cada vez mais especificamente a participação. A confusão entre
806 quais eram as regras que regulavam a participação dificultava, fazia com que
807 se tivesse um processo de seletividade para quem conseguia passar nos filtros
808 para participar, para quem vencesse os editais, para quem vencesse os
809 chamamentos públicos e etc. A ideia era criar um pouco de equilíbrio, de um
810 lado é fazer com que as Entidades que efetivamente captassem os recursos
811 tivessem condições de captar, executar, e prestar contas e de outro lado não
812 excluir as entidades, pequenas iniciativas ou as pequenas comunidades, A
813 ação seria valorizar no projeto a atuação em rede e a ideia de que tinha
814 entidades consolidadas ou consórcios de entidades, que captavam os recursos
815 e como a participação dessas pequenas entidades chegassem nas
816 comunidades da ponta. A questão de lei das OSCIPS, o diagnóstico não era
817 que era uma lei ruim, ela trazia vários avanços e boa parte das melhores
818 parcerias que o Governo Federal executava, ele executava por meio da
819 OSCIPS. O diagnóstico era que a lei das OSCIPS trouxe um avanço. Na
820 verdade que não foi um erro da própria lei, mas um erro da conjuntura, da
821 diferença que aconteceu depois que ela foi aprovada. O que a das OSCIPS
822 impunha para a sociedade, era um comando do Estado para a sociedade que
823 interferia na forma de organização das sociedades. A ideia era quase que
824 poderia ser um OSCIP, ser uma associação, uma cooperativa, o que fosse, se
825 cumprisse as regras que estavam determinadas no termo de fomento e
826 colaboração, poderia acessar o recurso público. Esclareceu que não estavam
827 revogando a leis das OSCIPS, pelo contrário, estavam trazendo para o termo,
828 algumas inovações que eram bastante importantes, só que não teriam o termo
829 de parceria, teriam o Termo de Fomento e Colaboração que inclusive trazia as
830 coisas, as melhores práticas da lei da OSCIPS também. Na questão do fundo
831 de fortalecimento da democracia, que tem a ver com a questão da cooperação
832 internacional, o senhor Diogo Santana explicou que o que estava difícil cada
833 vez mais, do ponto de vista governamental, era recurso da AGU pagar
834 desenvolvimento institucional. Na verdade não existia mais, ninguém estava
835 fazendo edital em relação a isso. Os órgãos de controle não permitiam que os
836 Ministérios fizessem ações em relação a isso, o que houve nos últimos dez
837 anos foi uma grande “projetização” do dinheiro que o Governo repassava para
838 as Entidades. A ideia do fundo de financiamento da democracia é boa, disse
839 que tiveram uma tentativa de fazer a união da Petrobrás e do BNDES para
840 construir um fundo nesse sentido, ela não foi muito adiante, iriam trabalhar e
841 talvez tivessem que ter uma lei específica sobre o assunto porque com a
842 aprovação da lei, seria possível fazer. Por fim, respondeu á questão da
843 cooperação internacional que não estava especificamente regulada no projeto
844 de lei, mas estavam com uma proposta que era uma coisa mais prática e mais
845 objetiva que poderiam encaminhar, não era necessário aprovar o novo marco
846 regulatório da cooperação internacional, mas a ideia era que permitissem que
847 as Entidades do Brasil fizessem um trabalho também no exterior e isso estava
848 sendo extremamente dificultado, era proibido pela legislação brasileira. Com a
849 palavra, a senhora Vera Magalhães disse que era importante o nome o Termo de
850 Colaboração e Fomento, que era só para colaborar a política estabelecida, o

851 que era muito válido, importante e necessário, mas também de fomento e
852 lógico que o fomento iria exigir uma nova cabeça, porque as pessoas de fato às
853 vezes com a visão mais conservadora. Quanto às colocações do senhor
854 Nadison, a senhora Vera Magazão opinou que a sociedade não poderia só se
855 encaixar no que estava no PPA, tinha que ter capacidade de criar, inventar
856 coisas e ser fomentado esse tipo de atividade. A título de conclusão, chamou a
857 atenção do que estava em jogo, o que estavam reforçando, a organização, mas
858 o que estava em jogo era o fortalecimento da esfera pública no País e isso era
859 interesse do Governo, interesse de todos e que estavam caminhando. Por
860 último, disse ser a favor da proposta para um fundo de democracia, que o
861 Brasil poderia ter a cara de participação social. Na ONU tinha o fundo para a
862 democracia que era um modelo que cabia muito bem. Convidou o senhor
863 Diogo e a Secretaria para estudar o fundo porque era um fundo também que
864 seria bem importante inclusive estar sob a égide da própria Secretaria Geral da
865 Presidência e evidentemente casada com o legislativo que também era um ator
866 que deveria se engajar mais na promoção da democracia e da participação
867 social. O senhor Nadison manifestou sua alegria e expectativa. Disse que a
868 exposição de motivos do CONSEA deveria enfatizar a perspectiva da
869 agilização do processo, que já estamos desde julho parados, seria importante o
870 CONSEA se manifestar na perspectiva de que era importante, que
871 caminhasse. Uma outra coisa, que o CONSEA pudesse se envolver e se
872 engajar no processo porque o CONSEA tinha um certo no hall, já aprovaram
873 duas dimensões no Congresso ou três, com algumas leis. Chamou a atenção
874 novamente para a questão das chamadas públicas, que elas fossem um pouco
875 mais longas, no tempo e no espaço, que mais longas daria a dimensão do
876 processo e do caminho que se queria construir e a possibilidade de que seja
877 efetivamente real. A senhora Maria Emília Pacheco, fez um resumo das falas
878 anteriores fazendo comentários sobre as falas do senhor Nadison, da Senhora
879 Vera, do senhor Silvio, da senhora Chistiane. Explicou que como a reunião
880 estava atrasada, queria pactuar com os presentes: ou se restringiam a ouvir
881 coordenações de CPs que tinham encaminhamentos a fazer e que precisava
882 ser apresentado, ou iriam ouvir todos pela ordem dos voos. O senhor Edécio
883 esclareceu que discutiram a Minuta do Projeto de Lei sobre financiamento e era
884 importante saberem que foi discutido o projeto de financiamento do SISAN.
885 **Encaminhamentos das Coordenações das CPs.** Concordando, a senhora
886 Maria Emília Lisboa Pacheco, disse que a mesa diretiva iria se debruçar sobre
887 a reflexão e veria como daria o tratamento e encaminharia. Pela ordem dos
888 voos, fez a chamada, indagando se o senhor Paulo tinha algo pra acrescentar.
889 O senhor Paulo esclareceu que na CP7 nunca na história do País no CONSEA
890 uma CP ficou tanto tempo com uma coordenação provisória. A partir daquele
891 momento teriam a senhora Sônia Lucena na coordenação da CP7 e a senhora
892 Elizabetta na vice coordenação. Revelou que não iria se ater às questões
893 relacionadas ao plano porque já haviam trazido. Precisamos olhar um pouco
894 para uma recomendação que era o debate sobre publicidade. Chamou a
895 senhora Mariana para falar. A senhora Mariana Ferraz esclareceu que como
896 encaminhamento mais urgente, discutiram atividades que seriam tocadas ao
897 longo das reuniões mas como encaminhamento da plenária em curso, existia
898 um projeto de lei que estava tratando sobre a regulação da publicidade de
899 alimentos na Câmara dos Deputados e propunha que houvesse avisos de
900 alerta em alimentos com altas quantidades de sódio, gordura, açúcar, além de

901 uma regulação da publicidade direcionada ao público infantil. O projeto de lei
902 recebeu dois pareceres contrários pela sua rejeição na Câmara e iria passar
903 por outras duas Comissões. A proposta foi fazer uma recomendação do
904 CONSEA aos deputados recomendando a aprovação do projeto de lei. A
905 senhora Mariana Cortez procedeu a leitura da carta endereçada aos deputados
906 para a recomendação da aprovação do projeto de lei. O senhor Renato Sérgio
907 Jamil Maluf explicou que primeiro a Comissão aprovou uma proposta de
908 recomendação dirigida ao Ministério das Relações Exteriores, que recomenda
909 o fortalecimento e ampliação do quadro de pessoal da Coordenação Geral de
910 Ações Internacionais de Combate à Fome. Submeteu à aprovação da plenária
911 a recomendação. Não havendo contestação, a recomendação foi aprovada. A
912 segunda proposta da CP v A proposta da nossa CP era que fosse acionado o
913 Grupo de Trabalho conjunto, CONSEA/CONDRAF ou se esse Grupo de
914 Trabalho não pudesse ser acionado, que a Secretaria e a Presidência talvez
915 também se relacionasse com o CONDRAF porque que isso tinha que ser uma
916 iniciativa conjunta CONSEA/CONDRAF que era elaborar uma proposta de
917 formatação do Comitê Nacional que iria fazer uma programação de celebração
918 do ano e a ideia era que essa proposta viesse para aprovação na próxima
919 plenária de novembro. Por último não era encaminhamento, informou
920 conjuntamente com a CP2 e com a CP3, decidiram tratar o tema em três
921 dimensões. Uma primeira um diagnóstico porque fazia falta uma política de
922 abastecimento e quais eram as questões, o segundo o mapeamento do marco
923 legal existente, tinham dois projetos pelo menos em curso. E terceiro, algumas
924 propostas e proposições, criou-se um Grupo de Trabalho composto pela
925 CAISAN, SESAN, CoNSEA e a ABRACEN que era Associação Brasileiro das
926 Centrais de Abastecimento. O grupo teria uma dinâmica para preparar a
927 plenária de novembro, portanto contribuições para esse Grupo eram bem
928 vindas. Antes de continuar os encaminhamentos a senhora Maria Emília Lisboa
929 Pacheco informou que para a mesa de controvérsia o CONSEA tentou alocar o
930 máximo de recursos possível e para esse em especial seriam 15 passagens
931 previstas e ainda estavam vendo se tivesse algum saldo da plenária corrente e
932 tempo hábil, veriam a possibilidade de incluir o chamado para mais alguém. E
933 quanto à proposta em relação ao Ano Internacional da Agricultura Familiar,
934 sugeriu que fosse encaminhado para o CONSEA que encaminharia através da
935 Secretaria para o Grupo de Trabalho. O senhor Carlos Eduardo O. de S. Leite
936 informou que a primeira questão é que foi encaminhado pela CONAB ao
937 CONSEA e a partir desse encaminhamento a Secretaria do CONSEA passou
938 para a CP3 uma solicitação da CONAB de que estava em curso uma proposta
939 de um termo de parceria entre a CONAB e a ASA para realização do 8ª
940 ENCONASA. Termo de parceria ficaria em torno de R\$ 242.000,00. Como o
941 Conselho era mais próximo da causa de direito humano a água e alimentação,
942 estavam submetendo então à Plenária a proposta. Revelou ainda que a
943 CONAB, o Sílvia Porto pediu, quando saiu a convicção da CONAB da relação
944 porque já ocorreram duas relações desse tipo e que foram positivas e ele não
945 via problema nenhum na relação e de parceria com a ASA. A senhora Maria
946 Emília Lisboa Pacheco indagou se era preciso apurar se havia algum obstáculo
947 do ponto de vista jurídico, que se havia o recurso seria encaminhado um
948 requerimento do CONSEA para a direção da CONAB para ver se é possível
949 liberar o recurso. O senhor Carlos Eduardo O. de S. Leite respondeu que o
950 termo de parceria estava pronto, o CONSEA tinha que dar o parecer favorável

951 ou não para a parceria acontecer, que a Lei das OSCIPS que solicita o
952 procedimento. A senhora Maria Emília Lisboa Pacheco pediu a manifestação
953 do plenário e não havendo contestação a parceria foi aprovada. O senhor
954 Carlos Eduardo O. de S. Leite continuou expondo o segundo ponto que era
955 uma denúncia que gostariam que o CONSEA intercedesse porque era uma
956 questão que muito simbólica na construção política recente da agroecologia e
957 da produção orgânica. A denúncia era do MPA, Movimento de Pequenos
958 Agricultores que era contra o MAPA, contra o Ministério da Agricultura que fez
959 uma interdição de uma propriedade de um agricultor, Valdeci Ribeiro, em Alta
960 Floresta, em Rondônia, um produtor orgânico. por ele ter usado sal mineral
961 caseiro no manejo da criação. Ele foi impedido de comercializar sua produção
962 há 15 dias, já tinha uma ação, encaminhada ao MAPA, ao MDA para tentar
963 resolver o impasse, mas queriam pedir ao CONSEA que encaminhasse uma
964 carta para saber em que pé que estaria a situação e que isso fosse resolvido o
965 mais rápido possível. Que simbolicamente isso retratava o quanto nós
966 precisavam avançar em uma proposta de autonomia da agricultura familiar, na
967 produção de alimento de qualidade. A questão é que o agricultor produz um sal
968 com cinza de farinha de osso, que pode transmitir doenças, mas a cinza do
969 osso do animal já era uma coisa um pouco mais difícil. Relatou que havia uma
970 preocupação do MPA exagerada no tratamento ao agricultor. Se havia uma
971 questão técnica sobre a cinza, que fosse aparada, mas não a forma com que
972 foi tratado e que estava sendo tratada a situação do agricultor. a senhora Maria
973 Emília Lisboa Pacheco revelou que o que havia entendido era que o laboratório
974 já havia examinado e não tinha encontrado nenhum problema. Informou que o
975 debate estava associado a uma questão mais geral, que virou uma
976 recomendação do CONSEA quando o senhor Milton Rondó trouxe a proposta
977 de que precisariam pressionar o Ministério da Agricultura para agilizar a
978 liberação dos compostos orgânicos, dos insumos que eram fundamentais para
979 a produção orgânica, que estavam diante de uma questão técnica, que já havia
980 um parecer e que talvez devessem ter acesso que foi liberado pelo laboratório,
981 dizendo que não tinha nenhum impacto. Esclareceu que não teriam tempo
982 naquele momento e não sabia como proceder. O senhor Carlos Eduardo O. de
983 S. Leite informou que a sugestão de CP3 é que se fizesse uma carta ao MD A
984 e ao MAPA no sentido de agilizar o esclarecimento dessa situação. E que o
985 CONSEA intercedesse junto aos Ministérios para que essa situação fosse
986 esclarecida, para não entrar no mérito técnico dela aqui, mas que se garantiria
987 que o CONSEA tivesse uma ação para intermediar a situação de um agricultor
988 e de um movimento que estava sendo prejudicado. a senhora Maria Emília
989 Lisboa Pacheco concordou que se poderia dar o encaminhamento, que
990 ninguém iria se opor. O senhor Carlos Eduardo O. de S. Leite colocou então,
991 outra questão da CP3, que era reforçar, a divulgação da aprovação da Política
992 Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e também fazer uma menção
993 e um reconhecimento, a oportunidade de se ter um Conselheiro companheiro
994 Selvino Heck, que vai coordenar a Comissão Nacional de Produção Orgânica e
995 Agroecologia. Informou ainda que iria acontecer o Seminário Internacional
996 sobre a Agricultura Urbana, que o MDS estava em processo de organização,
997 um convite ao CONSEA de participar do seminário. A CP3 junto com o GT
998 Desenvolvimento Urbano e Segurança Alimentar e Nutricional, estava
999 discutindo a participação do CONSEA, que estava em curso o diálogo de quem
1000 iria participar. A presidente Maria Emília iria participar na abertura. Por último,

1001 queria informou que o Comitê Consultivo do PAA criou uma nova Resolução
1002 49, dia 26 de setembro, que constituiu, uma nova composição e a CP3 indicou
1003 o Jaime, da Cáritas para representar o CONSEA no Comitê Consultivo do PPA.
1004 O senhor José de Ribamar de Araújo e Silva da CP05, lembrou que
1005 simbolicamente estariam reunidos no próximo novembro e inaugurariam um
1006 processo de avaliação do percurso da CP5, que passaria por um
1007 monitoramento de indicadores dos Programas Sociais, teriam a assessoria do
1008 INESC e, sobretudo, o Programa de Igualdade Racial. Cobrou da que de igual
1009 forma fosse submetida, através da mesa diretiva uma manifestação a respeito
1010 da questão do acarajé na Copa 2014, que é um assunto que se vai deixar para
1011 discutir mais à frente. O senhor Silvio Ortiz informou que seu encaminhamento
1012 no sentido de ter do CONSEA apoio para organizar o fórum dos indígenas.
1013 Outro assunto importantíssimo que queremos falar é o encaminhamento da
1014 Letícia a respeito do encontro das mulheres, vou passar para ela para poder
1015 explicar melhor a intenção desse encontro. A senhora Maria Emília Lisboa
1016 Pacheco pediu esclarecimentos, indagando se o apoio sugerido era para
1017 organização de um fórum. O senhor Silvio Ortiz confirmou que o segmento já
1018 existia, que precisavam de apoio para a organização do fórum. A senhora
1019 Maria Emília Lisboa Pacheco sugeriu que examinassem as finanças do
1020 CONSEA na próxima reunião da mesa diretiva e vissem como incluíam a
1021 proposta. O senhor Silvio Ortiz acrescentou que deveriam buscar parceiros. A
1022 senhora Letícia Luiza relatou sobre Fórum de Mulheres Indígenas.
1023 Recomendou ao CONSEA que encaminhasse esse o pedido para o próximo
1024 ano, de preferência para o mês de março. Esclareceu que no primeiro inquérito
1025 nacional que detectou que as mulheres indígenas do norte tinham hipertensão,
1026 diabetes, de mil crianças que nasciam por mês mil morrem. Nenhum o
1027 resultado concreto se obteve no Brasil e nada foi feito e se foi feito queriam
1028 conhecer. Que o Fórum, ele vai possibilitar proporem, avaliarem uma ação que
1029 diz respeito à vida das mulheres e das crianças. O senhor Sílvio Ortiz lembrou
1030 que por último queriam mostrar o vídeo dos povos indígenas. A senhora Maria
1031 Emília Lisboa Pacheco esclareceu que ela mesma era testemunha do
1032 empenho da senhora Letícia e da proposta feita de ter o encontro com a
1033 participação das mulheres indígenas, quando houve as primeiras reuniões do
1034 Grupo de Trabalho de Gênero e Segurança Alimentar. Disse que tinha duas
1035 coisas a fazer: uma propor a reunião específica com as mulheres indígenas
1036 através do Grupo de Trabalho de Gênero do CONSEA, esse era um caminho
1037 extremamente importante. A senhora Michele revelou que Logo depois da
1038 posse do CONSEA, exatamente a fala da ênfase que a Maria Emília teve, foi
1039 uma das coisas que ajudou na questão da saúde de mulheres indígenas, foi
1040 criado no âmbito da Presidência um GT Governamental de Segurança
1041 Alimentar e Nutricional e Saúde Indígena, talvez fosse uma forma de pedirem
1042 apoio para a realização do Fórum. A senhora Maria Emília Lisboa Pacheco
1043 acrescentou que além de pedir o apoio do grupo para realização do Fórum era
1044 preciso saber o que o grupo havia feito. Uma vez que o grupo estava instituído,
1045 acrescentaria uma ideia de convidar pessoas do grupo para a próxima reunião
1046 do GT Gênero, com a presença da Letícia e se pudessem apoiar a vinda de
1047 mais alguma liderança mulher indígena, talvez pudessem ouvir uma pessoa do
1048 grupo que dissesse o que estavam fazendo depois do inquérito sobre a saúde
1049 e buscar o apoio para o próximo ano. **Apresentação do vídeo do povo**
1050 **Xavante.** Em seguida o senhor Silvio Ortiz apresentou o vídeo do povo

1051 Xavante. O senhor Silvio Ortiz esclareceu que o encaminhamento que tiveram
1052 era que se criasse um GT que pudesse ter um inquérito na região em relação à
1053 insegurança alimentar. E segundo informação que tinham era que a população
1054 estava indo para o perímetro urbano procurar comida, os restos. A senhora
1055 Maya Takagi Reforçou que o grupo foi criado no âmbito da Presidência,
1056 coordenado pela Casa Civil, com coordenação direta do Ministro da Saúde,
1057 com participação da SESA, da FUNAI, do MDS e da Secretaria Geral, e fez o
1058 levantamento das terras indígenas de maior risco, o Ministério da Defesa
1059 disponibilizou o avião e recursos, mantimentos, para fazer missões de visita a
1060 campo de identificação exatamente das áreas de risco. Esclareceu que no
1061 momento não tinha exatamente a programação das missões que iriam ocorrer
1062 ainda no ano corrente coordenada pela Casa Civil, mas se comprometia a
1063 encaminhar, para o CONSEA a relação. A senhora Michele sugeriu que
1064 formalizasse o processo, enviasse para a Comissão via ofício e pediram no
1065 Ofício que ao tratar o tema, fossem convidadas a senhora Marisa da Comissão
1066 e a CP6 sobre a sua pessoa. **Encerramento.** Antes de concluir, a senhora
1067 Maria Emília Lisboa Pacheco registrou a presença de representantes dos
1068 CONSEAs do Amazonas, Amapá, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás, Espírito
1069 Santo, Santa Catarina, Distrito Federal, Paraíba, Pernambuco, São Paulo,
1070 Piauí, Rio de Janeiro, Alagoas e Maranhão. E também dizer que durante a
1071 plenária estiveram aqui em alguns momentos Ministério da Saúde, MDS,
1072 Ministério do Planejamento, Casa Civil, MAPA, representado CONAB, MDA,
1073 Embrapa, INCA, Secretaria Geral, Ministério da Educação, FNDE, MCT, MRE,
1074 Desculpou-se pelos atrasos e desejou bom retorno para suas casas e boa
1075 viagem, encerrando a reunião.